

APRESENTAÇÃO

Em sociedades tecnológicas, industrializadas, a escrita é onipresente. Ela integra cada momento de nosso cotidiano, constituindo-se numa forma tão familiar de fazer sentido de nossa realidade que seu uso passa despercebido para os grupos letrados. Para realizar uma atividade rotineira como uma compra no supermercado, por exemplo, escrevemos uma lista dos produtos que precisamos comprar; já no local de compras, lemos e comparamos rótulos, preços, datas de validade, ingredientes e cartazes promocionais; usamos ainda algum método para computar e fazer contas; preenchemos um cheque. Essas atividades que, para um sujeito letrado, são apenas mais uma forma de se comunicar com os outros e de agir sobre o meio, quase tão automáticas como falar e que não requerem, portanto, grandes esforços de concentração ou interpretação, representam verdadeiros obstáculos para os grandes grupos de brasileiros não-escolarizados, que não tiveram acesso à escola, ou foram prematuramente expulsos dela.

Essa escrita ambiental e rotineira, representa, entretanto, apenas uma das funções da escrita, das mais básicas. O domínio de outros usos e funções da escrita significa, efetivamente, o acesso a outros mundos, públicos e institucionais, como o da mídia, da burocracia, da tecnologia, e por meio deles, a possibilidade de acesso ao poder. Daí os estudos sobre o letramento hoje em dia, seguindo o caminho traçado por Paulo Freire há mais de trinta anos, enfatizarem o efeito potencializador, ou conferidor de poder, do letramento. A palavra de ordem nos estudos sobre o letramento que se voltam para a transformação da ordem social é “*empowerment through literacy*”, ou seja, potencializar pelo letramento.

Dentre as formas mais efetivas de se tornar poderoso, destacam-se o acesso à e a manipulação da informação. Essa coletânea tem por objetivo informar àqueles que se encarregam do ensino da escrita, bem como àqueles que participam de situações de comunicação escolarizado / não-escolarizado por meio de programas de difusão de tecnologias (como técnicos agrícolas, de saúde pública, de habitação), sobre os fatos e os mitos do letramento. Os trabalhos a seguir, resultados de pesquisas realizadas no Brasil, sob várias perspectivas e utilizando variados tipos de evidências, examinam diversas concepções – leigas e especializadas – do fenômeno do letramento. Esse conhecimento, acreditamos, poderá dar sustentação à práxis, que tem por objetivo o ensino de escrita e de tecnologias das sociedades letradas como uma das formas de se potencializar o cidadão para lidar com as estruturas de poder na sociedade.

O livro está dividido em quatro partes: na Introdução, *O que é letramento?*, o texto de Angela B. Kleiman, intitulado “Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola”, examina duas concepções dominantes sobre o letramento, que orientam

hoje em dia tanto a pesquisa como o ensino da escrita. Uma dessas concepções modula também os conceitos leigos da escrita, tanto os de sujeitos escolarizados como os de não-escolarizados. As consequências dessas concepções, para a situação de ensino, são discutidas com base na interação entre professor e aluno em aulas de alfabetização de adolescentes e adultos.

Os trabalhos na Parte I, *Modos de participação da oralidade no letramento*, focalizam algumas das múltiplas e multifacetadas relações entre a oralidade e a escrita. O trabalho de Roxane H. Rojo, “Concepções não-valorizadas de escrita: a escrita como ‘um outro modo de falar’”, examina várias concepções institucionalizadas e valorizadas da escrita, como artefato, transposição da fala e forma de desenho; não obstante, mediante a análise dos processos iniciais de desenvolvimento da escrita de três crianças de famílias com diferentes graus de letramento, ilustra como os modos de participação na oralidade vão configurando o processo de letramento dessas crianças. O estudo de Sylvia B. Terzi, “A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados”, discute o papel da oralidade para tornar a escrita significativa para crianças oriundas de famílias com baixo nível de escolarização, e que tiveram pouco contato com a escrita na fase pré-escolar. A autora mostra como a socialização da escrita, na fala do adulto, como um outro modo de dizer, vai reconfigurando o processo de construção textual por parte dessas crianças, processo esse necessário para elas se transformarem em leitoras. Utilizando uma perspectiva sociolinguística interacional no seu trabalho “Variação linguística e atividades de letramento em sala de aula”, Stella M. Bortoni procura respostas para a pertinente pergunta sobre a contribuição da escola para o processo de aquisição dos estilos formais da língua. Mediante a análise do padrão de comportamento do professor em relação ao uso de regras não-padrão pelos

alunos, tanto em eventos de letramento como em eventos de oralidade, a autora aponta alguns caminhos para a formulação de práticas pedagógicas culturalmente sensíveis.

A segunda parte deste livro, *O não-escolarizado na sociedade letrada*, contém três artigos que examinam as relações do sujeito não-escolarizado na sociedade brasileira. O texto “Letramento, cultura e modalidades de pensamento”, de Marta Kohl de Oliveira, apresenta considerações sobre um modo específico de inserção na vida urbana dos grupos não letrados – o da exclusão de diversos aspectos culturais dessa sociedade – e examina as consequências que esse processo de exclusão pode vir a ter em relação às características do funcionamento cognitivo consideradas relevantes na sociedade urbana contemporânea. Já para Inês Signorini, no seu trabalho “Letramento e (in) flexibilidade comunicativa”, o letramento via escolarização é um processo que parece acarretar a consolidação de perspectivas e posições rígidas que dificultam a comunicação entre grupos socioculturalmente diferenciados. Utilizando depoimentos de especialistas responsáveis por programas institucionais de difusão de tecnologias e cotejando-as com depoimentos de sujeitos não-escolarizados, alvo desses programas, a autora examina os pressupostos das concepções de linguagem subjacentes à norma da comunicação bem-sucedida. Isabel Magalhães, autora do terceiro texto dessa mesma seção, “Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres”, traz uma outra perspectiva ao exame da relação do sujeito iletrado na sociedade contemporânea brasileira, qual seja, a perspectiva dos estudos sobre gênero, visto como categoria social que abrange as relações de poder atribuíveis às diferenças biológicas entre os sexos, mas não se esgota nelas. Após examinar as funções da escrita ambiental numa comunidade de baixo nível de letramento, a autora analisa o texto de uma mora-

dora, utilizando a perspectiva da análise crítica do discurso, e relaciona questões de identidade dessa mulher analfabeta com aspectos do poder e da violência nas relações da mulher na sociedade.

Os trabalhos da última seção deste livro, *Verso e reverso do analfabetismo*, examinam, utilizando uma perspectiva discursiva, a ideologia do letramento na mídia e seus reflexos na constituição da identidade do não-escolarizado. Olhando para o verso dessa construção social, o artigo de Maria de Lourdes M. Matencio, “Analfabetismo na mídia: conceitos e imagens sobre o letramento”, baseia-se num extenso *corpus* de textos jornalísticos publicados durante o Ano Internacional da Alfabetização para caracterizar a concepção de letramento, mostrando como suas fontes e seus pressupostos são reproduzidos e legitimados. O texto de Ivani Ratto, “Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto”, examina o reverso dessa construção. A autora analisa, no discurso de um líder sindical não-escolarizado, suas estratégias lexicais e argumentativas para se constituir sendo um representante legítimo nas interações com grupos escolarizados, e assim desfazer as relações assimétricas de poder que a situação do analfabetismo vigente na sociedade brasileira reproduz e recria em todo momento.

Embora utilizando diferentes metodologias, diferentes subsídios teóricos e examinando aspectos também diferentes desse complexo fenômeno, os estudos sobre o letramento que aqui incluímos têm um traço em comum: o letramento é aqui considerado um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder.

Angela B. Kleiman